

ATA DA 39ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de setembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e oito, às nove
2 horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões dos Órgãos
3 Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da
4 Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, reuniram-se para a 34ª
5 Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa
6 dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a Presidência da **Dra. Maria**
7 **do Perpétuo Socorro França Pinto**, representando a Procuradoria
8 Geral de Justiça -PGJ, as conselheiras e conselheiros adiante
9 indicados: **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira**, representando a
10 Procuradoria Geral do Estado - PGE; **Dra. Maria Tereza Bezerra**
11 **Farias Sales**, representando o Conselho de Políticas e Gestão do
12 Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Marilene da Páscoa Barros**,
13 representando a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino
14 Superior - **SECITECE**; **Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra**,
15 representando a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará -
16 **SECULT**; **Dra. Rimena Alves Praciano**, representando a Secretaria
17 da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**; **Dr. João Gualberto Feitosa**
18 **Soares**, Secretário-Executivo do Programa Estadual de Proteção e
19 Defesa do Consumidor - **DECON**; **Dr. José Francisco de Oliveira**
20 **Filho**, representando a 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente
21 e Planejamento Urbano - **PJMA**; **Dra. Antônia Helena Teixeira**
22 **Gomes**, representando a Secretaria da Fazenda - **SEFAZ**.
23 Justificaram ausência: o representante da Assembléia Legislativa
24 - **AL**; a representante do Centro de Apoio Operacional da Proteção
25 à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e
26 Cultural - **CAOMACE**. Não compareceram: o representante da
27 Secretaria do Turismo - **SETUR** e as 03 (três) **ONG's**. **Dra. Maria**
28 **do Perpétuo Socorro França Pinto** - PGJ, Presidente do Conselho,
29 cumprimentou a todos os presentes e registrou a presença do
30 novo Conselheiro do DECON, Dr. João Gualbergo Feitosa Soares em
31 substituição ao Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa. Em seguida
32 passou para a leitura da Pauta da 39ª Reunião Ordinária do
33 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos
34 Difusos. Verificada a existência de quorum a sessão foi aberta.
35 Ordem do dia - Primeiro Ponto: Aprovação da Ata da 38ª Reunião
36 Ordinária do CEG/FDID que foi aprovada sem restrição por todos
37 os Conselheiros presentes. Segundo Ponto: Apresentação do
38 demonstrativo dos valores recolhidos ao FDID referente ao mês de
39 setembro de 2008, no valor total de R\$ 470.960,01 (quatrocentos
40 e setenta mil novecentos e sessenta reais e um centavo).
41 Publicado no Diário da Justiça nº 167, do dia 03/09/08. Desse
42 total faltam ser retirados os valores referentes aos projetos da
43 Procuradoria Geral de Justiça e Procuradoria Geral do Estado.
44 Terceiro Ponto: Deliberação sobre a reformulação nos projetos da
45 PGJ - 2006 e 2007. Passou a palavra para a relatora dos Projetos
46 Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra, representante da Secretaria de

ATA DA 39ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de setembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

47 Cultura - SECULT. **Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra** fez a leitura
48 dos relatórios dos dois projetos - Processos nºs 10862/2008-2 e
49 10861/2008-4, opinando pelos seus indeferimentos. **Dra. Maria do**
50 **Perpétuo Socorro França Pinto** submeteu a matéria ao Colegiado
51 para discussão e votação. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira**
52 pediu vistas aos processos antes de serem votados. A solicitação
53 foi concedida. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** -
54 Quarto Ponto: Apresentação do formulário do pré-projeto do FDID,
55 para discussão. Falou que na reunião passada o Conselho sugeriu
56 que fosse feito um pré-projeto, ficando com essa atribuição a
57 representante da Secretaria da Saúde. **Dra. Rimena Alves Praciano**
58 de início agradeceu a ajuda da Secretaria-Executiva do Conselho,
59 pois o trabalho foi realizado juntamente com ela, e foi
60 realizada pesquisa no site do Ministério da Justiça, Secretaria
61 de Direito Econômico que cuida do Fundo Federal. Disse que no
62 FDD eles chamam de carta-consulta, e que neste Conselho foi
63 batizado de pré-projeto. Lembrou que os prazos como estão hoje
64 na legislação do FDID, nas Resoluções, acredita que vai
65 inviabilizar a execução desse pré-projeto porque a Secretaria-
66 Executiva dispõe apenas de quinze dias para analisar a
67 documentação dos projetos, antes de passá-los para os
68 Conselheiros que têm um mês para analisá-los e relatá-los. Os
69 prazos da União são bem diferentes. Informou que lá a
70 apresentação das cartas-consultas começa nos meses de março e
71 abril, no mês de maio a Secretaria-Executiva publica a relação
72 das cartas-consultas apresentadas, no último dia do mês de junho
73 são disponibilizadas no site as propostas consideradas
74 prioritárias e publicada a relação no Diário da Justiça, e no
75 começo do mês de agosto são apresentados os projetos nos
76 formulários completos relativos as cartas-consultas aprovadas.
77 Falou que se esse FDID for por esse caminho, terão de ser
78 reformuladas algumas das suas resoluções. Solicitou que os
79 Conselheiros decidissem. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
80 **Pinto** colocou em discussão a matéria. Disse que a secretária
81 lembrou que se o pré-projeto for aprovado, este deverá ser
82 inserido no Manual Básico. **Dra. Rimena Alves Praciano** disse ter
83 pensado em colocá-lo como um anexo do próximo edital de 2009,
84 mas ainda assim precisa constar na legislação do FDID. **Dra.**
85 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** indagou em que data foi
86 iniciada a apresentação dos projetos esse ano. **Dra. Maria**
87 **Ivonete Batista Albuquerque** informou que a data de apresentação
88 dos projetos foi de 1º de março a 31 de maio. **Dra. Rimena Alves**
89 **Praciano** reafirmou que no Fundo Federal eles iniciam a
90 apresentação das cartas-consultas nos meses de março e abril, e
91 que vão trabalhando na seleção das cartas-consultas e projetos
92 até o final do ano, para que estes sejam executados no ano

93 seguinte. Falou que antes, os projetos também eram apresentados
94 ao FDID em um ano para serem executados no ano seguinte. **Dra.**
95 **Maria Tereza Bezerra Farias Sales** disse que era dado esse prazo
96 maior aos projetos para que a secretaria fizesse toda a análise
97 e já enviassem aos Conselheiros os projetos prontos para
98 relatoria. Falou como é feita a seleção dos projetos do Mata
99 Branca que é realizado pelo Conselho de Políticas e Gestão do
100 Meio Ambiente - CONPAM. Inicialmente é dado um prazo de trinta
101 dias para apresentação da pré-proposta, e mais quarenta e cinco
102 dias para a apresentação do projeto e orçamento detalhado. **Dra.**
103 **Rimena Alves Praciano** argumentou que depois desses quarenta e
104 cinco dias dado pelo CONPAM, os projetos são passíveis da
105 análise da documentação e de relatoria para que possam ser
106 celebrados os convênios. Disse que com toda essa contagem de
107 tempo vai levar uns seis meses, e é assim que a União faz. **Dra.**
108 **Maria Tereza Bezerra Farias Sales** falou que a abrangência do
109 Fundo Federal é nacional, pois ela recebe projeto de todos os
110 estados. **Dra. Rimena Alves Praciano** falou que os prazos do FDID
111 como estão hoje, a Secretaria-Executiva só dispõe de quinze dias
112 para analisar a documentação dos projetos e enviar para os
113 Conselheiros para análise e relatoria do projeto. Disse se esse
114 Conselho achar por bem aprovar o pré-projeto, os prazos que
115 estão hoje vigendo, devem ser modificados para ficar igual a
116 União ou de acordo com a nossa realidade. Sugeriu que os prazos
117 devem ser alterados de acordo com a realidade desse Conselho.
118 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** disse que a
119 Secretária fez uma sugestão de que os Conselheiros deviam levar
120 e estudar a matéria para ser decidida na próxima reunião. **Dra.**
121 **Maria Lúcia de Castro Teixeira** concordou e disse que o Conselho
122 já havia feito várias modificações na Legislação do FDID. **Dra.**
123 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** colocou a sugestão em
124 votação que foi aceita por todos os Conselheiros. **Dra. Maria**
125 **Tereza Bezerra Farias Sales** disse que o pré-projeto ou carta-
126 consulta evita exatamente que o Conselho analise vários projetos
127 e quase nenhum seja aprovado, como aconteceu esse ano. Acha
128 muito importante, pois reduziria o tempo de análise, pois os
129 pré-projetos que não se enquadrassem na legislação do Fundo, já
130 não seguiriam para a etapa seguinte, contribuindo para o
131 aprimoramento da análise dos projetos por parte do Conselho.
132 Falou que talvez o Conselho tivesse que ver como melhorar a
133 Secretaria-Executiva agregando algumas pessoas só no período da
134 análise dos projetos, pois acha inviável uma carta-consulta ou
135 pré-projeto passar mais de trinta dias para ser analisada. **Dr.**
136 **João Gualberto Feitosa Soares** falou da satisfação em retornar a
137 esse Conselho onde havia participado de várias reuniões na
138 gestão da Dra. Maria Evânia, do Dr. Ricardo Memória e no início

ATA DA 39ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de setembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

139 da gestão do Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa. Indagou se não
140 existiria a possibilidade da análise desse pré-projeto ser
141 realizada pela Secretaria do Conselho Gestor, justificando que
142 em vários órgãos governamentais as secretarias é que fazem essa
143 análise, e que no caso desse Conselho, a Secretaria enviaria
144 para o Colegiado apenas os projetos que tivessem condições de
145 serem aprovados. Indagou ainda sobre o item 3.1 do pré-projeto
146 que fala do caso de projetos na área do meio ambiente, que dá
147 abrangência para a propriedade particular, se poderia ser
148 aprovado. **Dra. Rimena Alves Praciano** respondeu que não poderia
149 ser aprovado, e que foi incluído nesse item, para que seja
150 estudada a possibilidade de acrescentar na legislação do Fundo
151 as atuais legislações ambientais, como aconteceu no Fundo
152 Federal. **Dra. Maria Tereza Bezerra farias Sales** sugeriu que ao
153 invés de constar propriedade do governo, colocasse unidade de
154 conservação federal, estadual e municipal, que são as áreas
155 protegidas e que não constam nesse formulário. **Dra. Rimena Alves**
156 **Praciano** agradeceu a sugestão. **Dra. Maria Lúcia de Castro**
157 **Teixeira** reportou-se à sugestão dada anteriormente pela Dra.
158 Tereza de agregar uma pessoa para trabalhar com a secretária do
159 Conselho no período da análise dos projetos. **Dra. Maria Tereza**
160 **Bezerra Farias Sales** sugeriu o pessoal do CAOMACE para ajudá-la
161 nos projetos da área do meio ambiente. Disse ter a Dra. Sheila
162 uma equipe muito boa, ficando para a secretaria a parte jurídica
163 - documentação, certidões etc. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
164 **França Pinto** disse que acolhia as sugestões apresentadas,
165 bastando apenas que na época, seja reforçada com o pedido da
166 Secretaria-Executiva. Quinto Ponto: Assuntos Gerais. Informou
167 sobre as solicitações realizadas na 38ª Reunião Ordinária. Foram
168 enviados ofícios: ao Dr. Fernando Antonio Costa de Oliveira
169 pelos 30 anos de criação da Procuradoria Geral do Estado - PGE;
170 ao Dr. Hélio das Chagas Leitão pelo Dia Nacional do Advogado; ao
171 Dr. César Asfor Rocha pela sua indicação à Presidência do
172 Superior Tribunal de Justiça; ao Dr. Mário Catunda pelo
173 lançamento do Livro "Palavras Singulares"; ao Dr. Cid Sabóia
174 Carvalho parabenizando-o pela homenagem prestada a ele pelo
175 escritor Mário Catunda, no livro "Palavras Singulares". Informou
176 que não foi enviado o ofício ao poeta e escritor Mário Gomes por
177 não ter sido encontrado o seu endereço, pois a informação que
178 temos é que ele mora nas ruas da cidade. Falou ainda da
179 dificuldade que está tendo dos Promotores de Justiça enviarem
180 resposta sobre a questão dos TACs, das multas que são aplicadas,
181 mas que esta questão está sendo resolvida através dos Núcleos de
182 Estatística que foram criados em todo o Brasil. Falou que o
183 Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional da
184 Justiça obrigam que o Ministério Público e o Poder Judiciário, a

185 Magistratura, tenham um Núcleo de Estatística. Disse que no
186 início foi muito difícil conseguir que os Promotores de Justiça
187 enviassem todas as informações, mas que hoje já conta com mais
188 60% (sessenta por cento) delas, e acredita que daqui a cinco ou
189 seis meses já se tem a informação dos procedimentos judiciais e
190 extrajudiciais que esses fazem no Estado do Ceará que é quando
191 se pode municiá-los de toda essa questão extrajudicial, onde se
192 possa encontrar os recursos. Falou da obrigatoriedade do
193 Ministério Público de prestar contas ao Conselho Nacional
194 através dos Núcleos de Estatísticas, que é uma novidade
195 importante, para a questão da transparência. Acredita que com
196 esses dados estatísticos, este Conselho vai saber dentro de seis
197 meses o montante das multas aplicadas. Facultou a palavra, e
198 indagou a Dra. Lúcia Teixeira que tem sido a advogada da
199 Procuradoria na questão da regularização dos seus imóveis, pois
200 tudo o que a Procuradoria tem é a sessão de uso desses imóveis,
201 se ela tem notícia da fiel propriedade do prédio sede desta
202 Procuradoria, pois na época em que essa Procuradoria recebeu
203 esse imóvel, o Estado tinha cedido para o Ministério Público e
204 para a Secretaria de Segurança Pública, concomitantemente. **Dra.**
205 **Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou da situação lamentável em
206 que se encontram os prédios do Estado, que apenas 10% (dez por
207 cento) possuem escrituras. Disse que aos poucos está
208 organizando, e que começou pelo prédio desta Procuradoria, cuja
209 dificuldade encontrada e por ter o Estado na época adquirido uma
210 parte do terreno através da desapropriação de três casinhas e a
211 outra parte restante pertencia ao Departamento de Estradas
212 Rodovias e Transportes - DERT, que ainda não é sabido como foi
213 adquirido. Estava quase tudo pronto, faltando apenas à
214 retificação. Ao chegar à Prefeitura, através da Secretaria de
215 Infraestrutura - SEINFRA, solicitaram informações sobre as casas
216 que não existem mais. A Dra. Lucíola Cabral se prontificou a
217 resolver esse problema, juntando os dois processos e dando
218 parecer em ambos. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
219 quis saber o que acontecerá após os pareceres. **Dra. Maria Lúcia**
220 **de Castro Teixeira** explicou que seria feita a unificação das
221 matrículas, no cartório, sendo o passo seguinte, a regularização
222 da cessão para o Ministério Público, pois o imóvel está em nome
223 do DERT e, necessariamente, ficará em nome do Estado do Ceará.
224 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou que com a
225 renovação da cessão, ela poderá construir dois andares no
226 prédio, sem problemas. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou
227 de um problema que não é referente ao FDID, mas que envolve o
228 DECON e todos que trabalham com o auxílio direto à sociedade.
229 Disse que o DECON e a Promotoria do Meio Ambiente têm aplicado
230 multas merecidas, e que ela está muito preocupada com o problema

ATA DA 39ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de setembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

231 das execuções. Existe uma discussão na Procuradoria Geral do
232 Estado para saber quem deve fazer essa cobrança, se cabe à
233 Procuradoria Fiscal ou à Procuradoria Judicial, pois a
234 Procuradoria Fiscal tem encontrado muitas dificuldades em
235 realizar essas execuções, por conta de uma série de exigências
236 da execução fiscal, que não vem sendo cumpridas quando da
237 remessa desses processos à Procuradoria Geral do Estado, e não
238 foi entendido o porquê, como por exemplo: processo que foi
239 concedido desconto, no entanto, foi enviado para a cobrança
240 constando o valor integral. A Procuradoria Judicial pensou em
241 devolvê-los, mas foi visto que antes disso deve haver uma
242 conversa com o Secretário-Executivo do DECON, com os Promotores
243 do Meio Ambiente e com a Dra. Socorro França, para
244 esclarecimento e orientação. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
245 **França Pinto** esclareceu que o JURDECON julga o recurso e
246 devolve-o para o DECON que faz a remessa deste para a
247 Procuradoria Geral do Estado. **Dra. Maria Lúcia de Castro**
248 **Teixeira** disse que o Procurador-Geral do Estado gostaria de
249 conversar com a Procuradora-Geral de Justiça sobre esse assunto.
250 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** pediu que fosse
251 agendado o dia, inclusive que contasse com a participação dos
252 Procuradores do JURDECON, Secretário-Executivo do DECON,
253 Promotorias do Meio Ambiente e Saúde Pública. **Dr. João Gualberto**
254 **Feitosa Soares** disse ser muito importante acontecer essa
255 reunião, mas acha que a competência para fazer as cobranças
256 seria da Procuradoria Judicial, já que não há tributo envolvido
257 no caso. Disse ter havido recurso, e o ofício do DECON faz
258 referência a multa aplicada pela Secretaria-Executiva. Disse
259 também que houve um erro, e que o processo deverá ser devolvido
260 para correção. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales**
261 parabenizou a Dra. Socorro França pela condução da reunião e
262 pela lisura e transparência que ela sempre dá aos processos do
263 FDID. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** agradeceu as
264 palavras da Dra. Tereza Farias, e disse que tem fé em Deus que o
265 FDID cada vez mais se agigante, pois hoje os recursos são
266 poucos, mas que amanhã serão muitos. Passou a palavra para a
267 Dra. Marilene da Páscoa que disse estar voltando de férias e que
268 não tinha nada a acrescentar. **Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra**
269 informou que a Secretaria da Cultura - SECULT lançou 02 Editais
270 e que as inscrições já estão abertas. 1 - Edital de incentivo as
271 artes no valor total de R\$ 1.500.000,00 para aprovar projetos
272 nessa área; 2 - Edital de Patrimônio. Estão no site da SECULT e
273 solicitou que os Conselheiros divulgassem. **Dra. Rimena Alves**
274 **Praciano** disse que gostaria de saber como estão os estudos dos
275 seminários que o Conselho tinha planejado para realizar no mês
276 de setembro, pois ela faz parte do grupo, mas não teve nenhuma

ATA DA 39ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de setembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

277 notícia. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou que a Dra.
278 Sheila no momento está muito ocupada, mas que logo será marcado
279 o dia da reunião. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
280 indagou se mais alguém queria fazer uso da palavra. Como não
281 houve manifestação, agradeceu a presença de todos e declarou
282 encerrada a sessão.
283

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Presidente do CEG/FDID

Maria Lúcia de Castro Teixeira
Conselheira - PGE

Maria Tereza Bezerra Farias Sales
Conselheira - CONPAM

Marilene da Páscoa Barros
Conselheira - SECITECE

Ana Lúcia Carneiro Bezerra
Conselheiro - SECULT

José Francisco de Oliveira Filho
Conselheiro - PJMA

João Gualberto Feitosa Soares
Conselheiro - DECON

ATA DA 39ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de setembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

Rimena Alves Praciano

Conselheira - **SESA**

Antônia Helena Teixeira Gomes

Conselheira - **SEFAZ**